

A folga no teto de gastos é menor do que se imagina'

Diferença entre o INPC e o IPCA pode reduzir o espaço para despesas e a expansão do Bolsa Família, diz economista. Déficit de 6% do PIB não é razoável, diz Giambiagi

O Estado de S. Paulo

Fabio Giambiagi

Economista e pesquisador associado do IBRE/FGV

A folga no teto de gastos poderá ser menor do que o esperado pelo governo caso o reajuste nas aposentadorias fique acima da inflação medida no IPCA, o que pode interferir nos planos de expansão do Bolsa Família e dos salários do funcionalismo. O alerta é do economista Fabio Giambiagi, especializado em finanças públicas e colunista do Estadão. Giambiagi acaba de publicar o livro Tudo sobre o Déficit Público, em que defende um pacto pelo equilíbrio nas contas públicas. Em entrevista, ele afirma que o recente aumento da arrecadação é um retorno ao nível de receitas que havia em 2019, antes da pandemia, e critica falta de envolvimento do presidente Jair Bolsonaro com o tema.

• O sr. argumenta no livro que o déficit público é um dos problemas pendentes que a política econômica não resolveu desde o Plano Real. Por quê?

Por falta de compreensão da questão por parte da liderança política. Observe que nas duas vezes em que tivemos presidentes com comprometimento claro com o tema houve avanços. Isso ocorreu tanto com Fernando Henrique, no segundo mandato, como com o presidente

(Michel) Temer, nos dois casos com equipes econômicas de primeiro nível e apoio do Congresso.

- **É uma questão de envolver mais os demais Poderes?**

O teto de gastos já envolve os demais Poderes. Quando o Executivo mostra a rota, o Congresso apoia. Foi assim no ajuste de FHC, nas medidas iniciais do Antonio Palocci (ministro da Fazenda no governo Lula) e com Temer, assim como na aprovação da reforma da Previdência, por méritos compartilhados com Rodrigo Maia. A declaração recente do presidente de que a Receita Federal foi “com muita sede ao pote” (na reforma do IR) é emblemática. O projeto é do Executivo, a responsabilidade política é do presidente.

- **Nesse ambiente, preocupa a falta de alinhamento entre o presidente e a equipe econômica para enfrentar o déficit?**

Se continuar assim, é melhor desistir de aspirar a qualquer nova reforma, porque a emenda está saindo pior que o soneto. É melhor aprovar o que for possível do pacote tributário, depois levar o barco até 2022 e 2023. O governo queria privatizar a Eletrobrás, e saiu um monstro de sete cabeças. Havia uma certa intenção (de fazer um ajuste) com o pacote tributário e depois deu uma guinada de 180 graus. No caso da reforma administrativa, já estamos começando a ver a força dos lobbies desfigurar a proposta.

- **A Receita divulgou semana passada um valor recorde na arrecadação no primeiro semestre. Como avalia essa recuperação?**

É algo positivo que desanuvia a tensão que existia no mercado até meses atrás em função da situação fiscal de 2020. Apenas cabe lembrar que o valor é 6% maior em termos reais (descontada a inflação) ao do primeiro semestre de 2019, o que significa que, se computarmos o crescimento da economia mais o fato de que deflator do PIB está na frente do IPCA, estamos apenas retomando a carga tributária de 2019.

- **O governo tem contado com aumento de arrecadação para a expansão do Bolsa Família.**

Utilizando as palavras do presidente, diria que o governo talvez esteja indo com muita sede ao pote. Não sei se terá esse espaço fiscal. Mesmo na hipótese de não ter reajuste nos salários de servidores, as aposentadorias vão ser corrigidas pelo INPC. Embora esse indicador costume andar junto com o IPCA, está havendo um descasamento este ano. O INPC acumulado em 12 meses até junho foi de 9,22%. E o IPCA, que é o indexador do teto, 8,35%. Se no fim do ano tivermos um IPCA em torno de 7% e um INPC em torno de 8%, a folga do teto vai ser bem menor do que aquela que se imaginava dois ou três meses atrás.

- **O que acha da visão do Congresso e do governo de que a maior arrecadação vai cobrir o rombo previsto na reforma do IR?**

O argumento não faz o menor sentido. Como disse, estamos apenas voltando à carga tributária de 2019. E, em 2019, tivemos um déficit de 6% do PIB. Não faz sentido o País se conformar com um déficit como esse. É importante em 2023 apresentar um plano de voo com um programa de sustentabilidade fiscal claro para o período entre 2024 e 2026

Núcleo de Inteligência - Sedet
Edição 184 - Em 02 de agosto de 2021

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.